

O Conflito do Cenepa em seus 25 Anos: Lições aprendidas

Uma Análise do Uso dos Princípios do Poder Aeroespacial Peruano

TENENTE-CORONEL OSWAL SIGÜEÑAS ALVARADO, FORÇA AÉREA DO PERU

“A aviação, formada por aviadores e normalmente utilizada por outras instituições armadas, requer, para a sua conservação e rendimento máximo, um comando de fácil acesso, compreensivo, consciente de suas possibilidades e limitações, determinado a empregá-la somente nas missões estritamente indispensáveis, para evitar o seu desgaste prematuro, mas comandando, ao mesmo tempo, de forma muito prudente e energética”.

Tenente-Coronel José L. Ragúz, 1934.

Introdução

O dia 26 de janeiro de 2020 marcou o 25º aniversário do confronto entre as forças armadas do Equador e do Peru, no lado oriental da Cordilheira do Condor, na bacia do rio Cenepa, na província de Condorcanqui, no departamento de Amazonas, pelo controle de uma área disputada na fronteira entre os dois países.

O conflito durou de 26 de janeiro a 27 de fevereiro de 1995. As forças armadas dos dois países se enfrentaram com capacidades militares limitadas, com poucos recursos aéreos e com tecnologia abaixo do nível da época, em comparação com outros países da região.¹

Estudiosos do tema têm qualificado o conflito como sendo de baixa intensidade, devido ao número de vidas que reclamou (cerca de 500 combatentes de ambos os países), enquanto outros acham que é característico das “velhas guerras”, porque consideram que o confronto foi de caráter especificamente militar, enquanto para a Força Aérea do Peru (FAP), o conflito do Cenepa foi um conflito focalizado,² opinião que compartilho, dado que as operações foram restritas a uma área geográfica específica, com o único objetivo militar de desalojar o inimigo, sem cruzar a linha de fronteira. Inimigo esse que, mais uma vez, havia entrado em território peruano.

Qual foi a concepção estratégica por trás desse conflito? Para o Peru, foi para evidenciar a invasão equatoriana do território peruano, com a intenção de expulsá-los (estratégia ofensiva), para então ir à mesa de negociações e, nesse espaço, alcançar o objetivo político de “fechar a fronteira dos setenta e oito (78) quilômetros a serem demarcados”³. Para o Equador, a concepção estratégica foi a de que a comunidade internacional visualizasse o Peru como um país agressor que desconsiderava o Pro-

toloco de Paz, Amizade e Limites do Rio de Janeiro (PRJ), assinado em 1942, a fim de forçar o Peru a assinar um novo tratado de limites que permitiria ao Equador manter a área invadida e realizar seu sonho de se tornar um país amazônico.



Figura. Zona de disputa fronteiriça entre Equador e Peru

Fonte: Agência Central de Inteligência (CIA, sigla em inglês)⁴

Ambos os países concordaram em manter a situação no nível de um conflito armado focalizado, mas a realidade social não era a mesma nesses países. Em Lima, a capital do Peru, a população estava calmamente passando as férias nas praias, apesar das manchetes dos jornais indicarem que as forças armadas peruanas estavam dando suas vidas na fronteira com o Equador. Em outras palavras, a realidade social estava muito distante da realidade político-militar que o Peru estava atravessando na época, enquanto no Equador, o povo realizava comícios ma-

ciços em praças e parques em todo o país, expressando apoio total e incondicional às forças armadas equatorianas.

A Doutrina Conjunta dos EUA observa que a diferença entre um conflito e uma guerra é que o conflito envolve, basicamente, um domínio militar e a guerra implica, necessariamente, a participação muito ativa de todos os domínios: políticos ou diplomáticos, informacionais, econômicos e sociais, confirmando que o Cenepa foi um conflito focalizado.⁵

Após 25 anos, a partir da perspectiva dos oito princípios do poder militar aeroespacial delineados na Doutrina Básica da Força Aérea do Peru (DBFA), analisamos o seu uso no conflito do Cenepa, através da campanha aérea, na esperança de que esta análise contribua para a visão da defesa do patrimônio territorial do Peru.

Os Princípios do Poder Militar Aeroespacial foram aplicados no Conflito do Cenepa?

Segundo a DBFA, existem oito princípios do poder militar aeroespacial: controle centralizado e execução descentralizada, sinergia, flexibilidade, versatilidade, prioridade, equilíbrio, concentração e persistência, que complementam os princípios da guerra e as ações militares.⁶

Para o general prussiano Clausewitz, os “(...) princípios, regras, normas e métodos são conceitos imprescindíveis para a teoria da guerra, pois leva a doutrinas positivas...”⁷ Esse general e outros estudiosos de temas bélicos se referem aos princípios da guerra segundo a sua experiência e elaboraram suas próprias listas de princípios aplicáveis, não apenas à guerra, mas também ao poder aeroespacial militar, como neste caso.⁸

A DBFA identifica o *controle centralizado e a execução descentralizada* como o primeiro princípio do poder militar aeroespacial, que se baseia no planejamento, direção, estabelecimento de prioridades e a consequente delegação de autoridade aos subordinados.

De acordo com a Publicação Conjunta 5-0, Planejamento da Operação Conjunta, “O planejamento conjunto está orientado para o estado final”.⁹ Essa publicação também mostra uma figura que ilustra o planejamento operacional através de duas perguntas: “onde estamos?” e “até onde queremos ir?” Se não houver resposta a essas duas perguntas, o destino de qualquer força será o fracasso.¹⁰

Ao analisar os eventos ocorridos no conflito do Cenepa em termos do princípio de controle centralizado e execução descentralizada, pode-se notar que o Comando Conjunto das Forças Armadas Peruanas não nomeou um Comandante do Componente Aéreo reportando-se a um único Comandante Operacional, mas que o planejamento, a condução e a execução das operações aéreas estavam sob a

direção de vários comandos: o Comando de Operações localizado em Lima, o Comandante do Ala Aérea Nº 1 de Piura e o Comandante do Destacamento de Ciro Alegría; isto é, a responsabilidade foi assumida por vários comandos e, no caso da FAP, esta força contava com cinco Alas Aéreas que possuíam um ou mais Grupos Aéreos, e estes estavam organizados com base em um ou mais Esquadrões, conforme se menciona a seguir:¹¹

A Ala Aérea Nº 1: Localizada na Base Aérea Capitão da FAP José Abelardo Quiñones Gonzáles, na cidade de Chiclayo, no departamento de Lambayeque, comandava o Grupo Aéreo Nº 6, constituído pelos Esquadrões CCBB 611 e 612 dotados com 13 aviões de caça franceses Mirage VP/DP; o 606 de Manutenção, o 607 de Apoio e o Nº 6 de Inteligência.

Além disso, em Piura, o Grupo Aéreo Nº 7, alojado na Base Aérea Capitão da FAP Guillermo Concha Ibérico, continha o Esquadrão CB Nº 711, com 16 aviões de ataque ligeiro norte-americanos Cessna A-37B Dragonfly, o 705 e o 706 de Treinamento, o 706 de Manutenção e o 7 de Inteligência. Na Base Aérea Capitão da FAP Montes, na cidade de Talara, no departamento de Piura, pertencente à mesma Ala, também se encontrava o Grupo Aéreo Nº 11, cujo Esquadrão CB Nº 111 possuía aviões soviéticos Sukhoi SU-22 Fitter. Também ficava ali o Esquadrão Nº 116 de Manutenção e o Nº 11 de Inteligência.

A Ala Aérea Nº 2: Estava sediada na Base Aérea Jorge Chávez de Lima-Callao, onde residia o Grupo Aéreo Nº 3. Era o lugar dos Esquadrões de Helicópteros Nº 324, 325 e 326, dotados com Mi-8T, Mi-17, Bell AB 212/214 e 412. Tais unidades eram apoiadas pelo Esquadrão Nº 306 de Manutenção e Nº 3 de Inteligência. Da mesma forma, nessa base se localizava o Grupo Aéreo Nº 8, integrado pelos Esquadrões de Transporte Nº 841, 842 e 843, a Esquadrilha Presidencial, os Esquadrões Nº 806 e 807 de Manutenção e o Nº 8 de Inteligência.

A Ala Aérea Nº 3: Representada pelo Grupo Aéreo Nº 4, com residência na Base Aérea Mariano Melgar, na cidade de La Joya, no departamento de Arequipa, que abrigava o Esquadrão CB Nº 411 Águias, o Nº 412 Falcões, o Nº 406 de Manutenção e o Nº 4 de Inteligência. Essa unidade contava com 12 aviões caça Mirage 2000P/DP franceses e o caça-bombardeiro Su-22 soviético. O Grupo Aéreo Nº 9 estava radicado na Base Aérea Renán Díaz Olivera, na cidade de Pisco, no departamento de Ica; aí voavam os Esquadrões de Bombardeio Nº 921 e 922, apoiados pelos Esquadrões Nº 906 e 907 de Manutenção e o Nº 9 de Inteligência. Os Esquadrões operacionais estavam dotados com 20 aeronaves Mk-68, Mk-12, Mk-52 e TMk-54 Canberra. O Grupo Aéreo Nº 2 e a Escola de Comandos estavam localizados na Base Aérea de Vitor, no departamento de Arequipa; aí voava o Esquadrão de Combate Nº 211, apoiado pelo Esquadrão Nº 206 de Ma-

nutenção. O Esquadrão operacional estava dotado com aeronaves MI-25 e Unidades de Forças Especiais.

A Ala Aérea Nº 4: Localizada na cidade imperial de Cuzco, no departamento de mesmo nome era, por assim dizer, uma unidade nominal, pois não possuía unidades estáveis sob ela. Anos mais tarde, esta Ala passaria a se localizar na cidade de Pucallpa, no departamento de Ucayali.

A Ala Aérea Nº 5: Assentada na Base Aérea “Coronel da FAP Francisco Secada Vignetta”, na cidade de Iquitos, no departamento de Loreto, administrava o Grupo Aéreo de Transporte Nº 42, que contava com o Esquadrão de Transporte de Selva Nº 421, o Nº 426 de Manutenção, o Nº 427 de Apoio e o Nº 42 de Inteligência. A formação de pilotos e o treinamento ocorriam no Grupo Aéreo Nº 51, que incluía a Academia do Ar. Esse Grupo independente localizado na Base Aérea Las Palmas, em Lima, dispunha dos Esquadrões de Instrução Primária Nº 511, de Instrução Básica Nº 512, de Instrução Avançada Nº 513 e o Tático Nº 514. Finalmente, nessa mesma Base Aérea, o Esquadrão Aerofotográfico Nº 331 constituía a unidade operacional do Serviço Aerofotográfico Nacional.

Não houve um trabalho coordenado entre os seus componentes, portanto, não existiu um controle centralizado de um único comandante do componente aéreo para a condução das operações aéreas, pois cada um impôs seu curso de ação para o emprego eficiente da arma aérea no teatro de operações. Como resultado, as intenções foram diversificadas e as capacidades dos três comandos não puderam ser integradas para atingir os objetivos atribuídos à força conjunta. Embora a Doutrina de Operações Aéreas existente na época tenha estabelecido um Centro Conjunto de Operações Aéreas (CCOA), cuja organização permitiria a interoperabilidade das forças conjuntas e a comunicação precisa e oportuna de informações ou ordens, é evidente que houve uma falta de compreensão dos problemas operacionais por parte dos Comandos Operacionais do Norte e do Nordeste, o que contribuiu para a desorganização e disfuncionalidade das forças conjuntas que operaram de forma intercambiável no teatro de operações e na zona de combate no Cenepa.¹²

Como o comandante escocês da Real Força Aérea Britânica (RAF), Arthur Tedder, apontou muito apropriadamente: *“A guerra aérea não pode ser dividida em pequenos segmentos; não conhece fronteiras no solo e nem no mar, exceto as impostas pelo alcance da aeronave; é uma unidade e requer unidade de comando”*¹³.

A Unidade de comando significa assegurar a unidade de esforço sob um comandante responsável por cada objetivo. No Peru, não tínhamos uma unidade de comando e, no Equador, sim, havia uma sólida unidade de comando que assegurava a defesa aérea e as operações de táticas aéreas. Isso nos ensinou que deve haver uma cadeia de comando, um comando combatente unificado, com a capacidade de

exigir manobrabilidade, flexibilidade e versatilidade que, como no caso dos Estados Unidos, funciona para fornecer comando e controle militar efetivo tanto na paz quanto na guerra, e que atua de acordo com um Plano de Comando Unificado, cuja autoridade se estende desde o Presidente, através do Secretário de Defesa até os Comandantes Combatentes. O que não é alheio à nossa realidade porque a própria Constituição Política do Peru declara no artigo 167 que o Presidente da República é o Chefe Supremo das Forças Armadas e da Polícia Nacional.¹⁴

O segundo princípio, a *sinergia*, é conceituada como a aplicação precisa e coordenada dos diversos elementos da força com o objetivo de exercer pressão sobre o inimigo. O Dicionário da Real Academia Espanhola a define como: “*Ação de duas ou mais causas cujo efeito é superior à soma dos efeitos individuais*”,¹⁵ de forma que o poder militar aeroespacial produza efeitos sinérgicos ao ditar o ritmo, tempo e condução do esforço bélico em um conflito, e demonstra que a aplicação adequada de uma força coordenada e sincronizada pode superar as forças usadas individualmente para produzir os efeitos desejados.

Dessa forma, o objetivo, a especialização funcional e a direção sincronizada constituem os princípios da sinergia organizacional segundo Max Weber¹⁶ e, a partir daí, a soma excederá a simples adição das individualidades; mas o mais perigoso é que, sem sinergia, a soma se converte em subtração, com o resultado sendo muito inferior ao esperado e levando a uma grande frustração pessoal ou coletiva, e foi isso que aconteceu com o Peru no conflito do Cenepa.

Por isso, pode-se afirmar que as forças armadas peruanas não concretizaram o princípio de sinergia no conflito do Cenepa porque os três princípios weberianos mencionados acima não foram cumpridos, pelas seguintes razões: 1) A falta de uma visão holística, neste caso, dos diferentes comandantes operacionais, o que os impediu de ter uma visão estratégica e, deixando assim, de transmitir o objetivo aos outros; 2) Os grupos aéreos que participaram do conflito do Cenepa não foram diferenciados para realizar tarefas específicas, necessárias e eficientes; pelo contrário, todos eles foram encarregados de voar com o objetivo de expulsar o inimigo; e 3) A direção sinérgica é uma questão de liderança e sincronização que deveria ter sido responsabilidade do Comandante do Componente Aéreo Peruano para se adaptar às mudanças, mas isto não ocorreu devido à falta de uma determinação de responsabilidades e delegação de autoridade aos diferentes comandantes operacionais no processo de tomada de decisões.

O Comandante do Componente Aéreo, que recebeu ordens de três comandos, como mencionado nas linhas anteriores, estava mais preocupado em resolver os pequenos incidentes localizados do que em desenvolver um plano com um objetivo consistente para as diversas Alas Aéreas. A grande diferença com o Equador foi que, desde o início, estes fizeram uma seleção correta de objetivos com o plano

de ocupar o território peruano e buscar uma resposta armada a fim de se apresentar como um país atacado.

A capacidade de comando e controle é essencial e a espinha dorsal das outras capacidades. A sua ausência levou a uma falta de coordenação não apenas no planejamento das operações, mas também na preparação dos meios aéreos concatenados com os da defesa aérea. Ao mesmo tempo, sua visão deficiente inibiu o Peru de ter uma chance física de obter uma superioridade mínima sobre o Equador, uma vez que a FAP desconhecia a capacidade bélica deste país, devido à pouca informação disponível, diferentemente da Força Aérea Equatoriana (FAE), que havia tomado nota de nossas capacidades no “Conflito Armado Peru-Ecuador em 1941” e no “Falso Conflito Paquisha em 1981”, e seu equipamento parecia se ajustar às lições aprendidas.¹⁷ Da mesma forma, a informação de inteligência que foi usada no Peru era quase nula e significou uma desvantagem e uma enorme limitação para a FAP. Como exemplo, pode-se citar que o Equador utilizou seus aviões de combate a partir de posições desconhecidas pela inteligência peruana e conseguiu tempos de reação muito curtos, graças à disponibilidade de cobertura eletrônica, vantagem esta que o Peru não teve.

O terceiro princípio do poder militar aeroespacial é a *versatilidade*. De acordo com a Doutrina Básica da FAP, este princípio é caracterizado pelo emprego do poder militar aeroespacial de maneira efetiva e eficiente, nos níveis estratégico, operacional e tático em diferentes missões operacionais.

Esse princípio não foi aplicado no conflito do Cenepa porque havia uma ordem enfática de não cruzar a linha de fronteira, portanto, o planejamento contra objetivos táticos, operacionais e estratégicos dentro do território inimigo não foi possível. Em decorrência disso, as missões foram limitadas a alvos focalizados dentro do nosso território, com um único padrão de entrada, expostos à defesa aérea e armas antiaéreas durante o bombardeio de alvos táticos. Não foi possível realizar operações paralelas, operações diretas contra centros de gravidade, operações de engano, operações indiretas sobre alvos de comando e controle (C2), linhas de comunicação e capacidades defensivas (DPs - pontos decisivos) e o planejamento foi limitado a um alvo específico em operações de apoio ao fogo às forças de superfície e não a um amplo espectro de alvos, como poderia muito bem ter sido o caso.

Ao norte do rio Cenepa, o território equatoriano tem uma elevação média superior a 1.900 m e forma um altiplano que permite o traçado de rotas terrestres. Essa vantagem foi negada ao setor sul peruano e forçou o comando militar peruano a depender do abastecimento aéreo. De qualquer modo, as distâncias relativas entre o teatro de operações e as bases de retaguarda nos dois países variavam entre 75 e 260 km. Essas condições gerais do terreno proporcionavam vantagens ao Equador e problemas ao Peru.

Diferentemente do Equador, o Peru teve em todo momento do conflito, um discurso defensivo e não ofensivo, estando esta ação, em acordo com o Livro Branco da Defesa Nacional. O Capítulo III da Política Estadual de Segurança e Defesa Nacional dita que a estratégia de segurança do Peru é defensiva-dissuasiva e que a ação militar é o último recurso que o Estado Peruano empregará para atuar em sua defesa.¹⁸ Quando o conflito do Cenepa eclodiu, o referido Livro Branco não existia: ele data de abril de 2005. No entanto, a estratégia “defensiva-dissuasiva” foi a empregada pelas forças armadas peruanas no conflito do Cenepa, a mesma que orientou todas as ações da FAP. Nesse sentido, pode-se afirmar que a máxima de Clausewitz “*A guerra é simplesmente a continuação da política através de outros meios*”¹⁹, foi cumprida, o que se traduz na subordinação da guerra à política.

O quarto princípio, a *flexibilidade*, refere-se à passagem de um objetivo de campanha para outro, de forma rápida e decisiva. De acordo com o Glossário Operacional da Força Aérea do Peru, a flexibilidade é definida como a habilidade de se adaptar, conceitual e materialmente, a mudanças no ambiente de segurança para prevenir a surpresa por parte de um adversário, agindo com eficácia e mais rapidamente do que ele, mesmo na ausência de um aviso prévio.²⁰

No conflito do Cenepa, embora existisse uma diretiva militar que a FAP tinha que cumprir para desalojar o invasor, sem cruzar a linha de fronteira, essa ordem estava vinculada ao discurso de nossa política externa e procurou manter em vigor o Protocolo de Paz, Amizade e Limites entre o Peru e o Equador, conhecido como o Protocolo do Rio de Janeiro, assinado em 1942, no qual ambos os países se comprometeram a desenvolver um plano para colocar marcos com o propósito de fixar os limites de cada país. E, embora isso tenha limitado a liberdade de ação aérea a um retângulo de 12 por 24 km, o qual era insignificante do ponto de vista da manobra militar aérea, por mais modesta que seja a escala, permitiu que a FAP, que tinha menos recursos aéreos em comparação com o Equador, potencializasse melhor as suas aeronaves para alcançar os seus objetivos militares.

Ao ser perguntado em uma entrevista, sobre que táticas os pilotos usaram nas missões do Cenepa, o atual Comandante Geral da Força Aérea do Peru, Rodolfo García Esquerre, que participou como piloto no Conflito do Cenepa, respondeu que, basicamente, uma incursão aérea, na qual um grupo reduzido de aviões voava à baixa altitude o mais velozmente possível, para chegar ao objetivo. Em suas palavras, isso era tudo o que os pilotos podiam fazer: bombardeios de média altitude com GPS para ficar fora do alcance da artilharia antiaérea do Equador e, em muitos casos, eles foram precisos; ataques noturnos com visores, pois tinham essa capacidade muito boa nas aeronaves A-37 e T-27 Tucano e bombardeios de baixa altitude com pouca ou nenhuma variedade de eixos de entrada e ataque, mas sem radar terrestre.²¹

No conflito do Cenepa, a ofensiva tática de apoio às forças de superfície garantiu velocidade e mobilidade na execução da missão em um cenário focalizado, embora a um custo elevado para a FAP; não obstante, isso nos permite afirmar que, ao contrário dos três princípios mencionados acima, a FAP aplicou o princípio da flexibilidade no Conflito do Cenepa porque ajustou suas ações à necessidade de defesa contra o terreno limitado em que se encontrava e sua resposta foi ágil diante do terreno restrito, do inimigo e da temporalidade que o Equador apresentava.

O quinto princípio do poder militar aeroespacial é a *prioridade*, definida como o resultado da análise feita pelos comandantes para estabelecer uma determinada ordem no emprego do poder aéreo e espacial. Esse princípio se baseia na versatilidade para determinar corretamente essa ordem.

No Cenepa, exigiu-se que a FAP desempenhasse uma série de funções operacionais, que tiveram um emprego eficaz nas operações aéreas em apoio às forças de superfície, garantiram a velocidade e a manobrabilidade das forças terrestres na medida em que conseguiram escapar da capacidade de defesa aérea e da artilharia antiaérea do Equador. Entretanto, essa priorização não foi completa, pois o ambiente complexo e fechado da Cordilheira do Condor, a partir do qual a FAP combateu, os impediu de ter liberdade de ação e restringiu ao máximo seus possíveis cursos de ação.

Uma priorização adequada será o produto do trabalho de planejamento, para o qual o comandante do componente aéreo deve avaliar o uso da força e direcionar o uso dos meios aéreos para aquelas prioridades que possam contribuir para as exigências da força conjunta e para o sucesso da missão.

A atribuição de prioridades tem as seguintes características:

- O principal objetivo do Comandante Aéreo deve ser alcançar um grau adequado de controle do espaço aéreo, que permita a execução das prioridades dadas. Em outras palavras, que a superioridade aérea seja alcançada.
- As restrições políticas podem impedir que as prioridades mencionadas acima sejam atribuídas.
- Os resultados de uma batalha ou de uma campanha ajudam a avaliar se a prioridade de seleção de objetivos foi correta.

A FAP não estabeleceu, no Cenepa, prioridades alinhadas com os efeitos buscados e, conseqüentemente, não estabeleceu uma ordem ou uma seleção de objetivos com base no efeito desejado. Qual era o efeito desejado? Seu único efeito desejado era “expulsar as tropas equatorianas”, não havia outros objetivos a serem selecionados. Essas tropas tinham que ser desalojadas a todo custo, para fechar a fronteira de 78 km. Isso foi conseguido, mas ao custo de muitas mortes. A questão

é: deveria ter nos custado o que custou? Nas palavras dos próprios equatorianos, isso custou a vida de muitos soldados peruanos”.²²

Da mesma forma, como mencionado anteriormente, a ação no Cenepa foi caracterizada por restrições de caráter político, que tiveram uma influência decisiva no planejamento das operações aéreas. No caso do Peru, a diretriz estratégica militar das forças armadas era conduzir operações aéreas sem ultrapassar a linha de fronteira, o que limitou e interferiu em todo planejamento que tivesse como objetivo a obtenção formal da superioridade aérea como um objetivo da campanha aérea. A FAP sabia que não podia planejar contra objetivos táticos, operacionais e estratégicos onde as unidades ofensivas do poder aéreo equatoriano estivessem alojadas. Essa restrição estratégica militar excluía expressamente qualquer ação destinada a fazer incursões em centros de gravidade aéreos adversários (COG, sigla em inglês) e, como tal, inibiu a possibilidade de ganhar uma superioridade aérea, por menor que fosse.

Nas diversas entrevistas que foram realizadas com os pilotos da FAP que participaram do Conflito do Cenepa, eles afirmaram que a FAP desempenhou um papel decisivo para a vitória, em apoio às forças terrestres que lutaram na inóspita montanha da Cordilheira do Condor. Não há dúvidas sobre isso, uma vez que realizaram patrulhas aéreas de combate e transporte de guerra, apesar de não possuírem radares de guerra eletrônica, armamento de precisão ou processos de planejamento e os aviadores lutavam longe de suas bases e sem liberdade de ação, mas com uma moral inabalável e com o objetivo político de fechar a fronteira com o país vizinho. De acordo com os mesmos pilotos que participaram do conflito, o seu trabalho compreendeu 776 saídas, 2.400 horas de voo, 103 missões de combate e 800 horas em aeronaves de transporte (passageiros e carga), uma vez que eles voaram pela manhã, tarde, noite e madrugada, e os voos foram feitos a baixa altitude, para não alertar o inimigo. Realizaram patrulhas aéreas de combate (PAC), apoio às forças terrestres, transporte de guerra e enganos operacionais no teatro de operações do norte durante o conflito.²³ Pode-se afirmar que a ofensiva tática da FAP não mediu esforços no cumprimento de sua missão, sempre esteve na linha de frente, mas não teve liberdade para executar operações de interdição aérea ou obter a superioridade aérea.

Portanto, pode-se assegurar que a FAP definitivamente não teve liberdade de ação no Cenepa e aí residiu o seu principal problema porque o Equador criou o cenário e o colocou longe das bases aéreas peruanas. Fora do alcance de seus radares, o adversário equatoriano teve tudo: radares, aeródromos, meios de comunicação, inteligência, todo suporte logístico a seu dispor, o preparo do teatro de operações de forma inteligente. O cenário para o Peru estava distante, na região do interior; a FAP tinha que realizar as operações a partir das bases aéreas de Talara

e de Chiclayo, mas também a partir de Lima, inclusive de Pisco. Isso forçou a FAP a voar até a área do objetivo com suas aeronaves em altitude média e retornar também em altitude média. Com pouco tempo para orbitar no teatro de operações, deixou-se a iniciativa para o Equador e isso significou que havia pouca oportunidade de prejudicar o adversário sem sofrer perdas pesadas. O que John Warden III diria a este respeito é que a FAP não pôde ir mais além em cada ataque às forças militares equatorianas porque perdeu toda chance de se tornar o fator determinante no Conflito do Cenepa.²⁴

O sexto princípio do poder militar aeroespacial, o *equilíbrio*, é a avaliação dos resultados esperados frente aos riscos projetados, o que implica a posse de informações apropriadas e oportunas a fim de produzir uma decisão eficaz. Os meios aéreos têm disponibilidade limitada e finita, por isso, esse princípio tem um alto valor para um Comandante Aéreo.

Nesse sentido, o Comandante Aéreo deve estabelecer um equilíbrio entre o uso eficiente, eficaz, necessário e oportuno da força, com respeito aos riscos inerentes ao uso da mesma, por isso se afirma que contribui para o equilíbrio adequado entre as operações ofensivas e defensivas no teatro de operações e entre as aplicações estratégicas, operacionais e táticas do poder militar aeroespacial.

O princípio do equilíbrio está intimamente relacionado com os princípios de comando e controle centralizado e com o de prioridade, dado que o comando e o controle centralizado permitem assegurar o equilíbrio e a priorização adequada do meio aéreo que, por sua característica de resposta, é altamente desejável e, ao mesmo tempo, limitada; portanto, o fato de não haver comando e controle centralizado por parte da FAP no Cenepa significou que a oportunidade de integrar as capacidades da FAP com as forças terrestres foi perdida e a oportunidade de obter um mínimo de superioridade foi desperdiçada, visto que a FAP não tinha prioridades ou objetivos a atingir, mas apenas limitou suas ações à diretriz militar e ao ataque a partir da estreita área em que o conflito estava posicionado.

Sabe-se que a FAP desenvolveu missões e táticas no teatro de operações tais como: transporte de dispositivos de combate, transporte, patrulha, apoio às forças de superfície, patrulhas aéreas de combate, evacuações aeromédicas, missões de ligação, missões de reconhecimento, escolta e busca; entretanto, o controle do espaço aéreo não foi alcançado nem por um momento e isso se refletiu nas perdas das aeronaves peruanas no combate aéreo, que se deveram mais a erro humano do que à capacidade das forças equatorianas.

Toda vez que uma aeronave da FAP se dirigia para o norte, próximo de Tumbes, ela orbitava na expectativa de uma possível agressão; os pilotos não tinham informações claras e estavam sempre em “alerta de voo”, não se contava nem ao menos com um radar tridimensional que permitisse que as patrulhas aéreas localizassem

o alvo, de modo que sem o equipamento necessário e sem informações precisas, era quase impossível garantir a segurança dos próprios pilotos peruanos no ar. Não foi levado em consideração o fato de que quanto mais distante se pretende chegar e quanto mais influência se tente exercer, aumenta o custo potencial. A estratégia aérea sempre ficou subordinada à estratégia militar que, por sua vez, foi subordinada ao objetivo político; portanto, pode-se afirmar que o princípio do equilíbrio não foi aplicado no Conflito do Cenepa.

O sétimo princípio é a *concentração*, definida como a localização dos esforços necessários na obtenção de um propósito. Também se supõe que o poder aéreo e espacial não seja muito eficaz quando está insensatamente disperso. Esse princípio se baseia na economia de força para distribuir e fazer uso judicioso das forças à sua disposição, e das pessoas para empregar essas forças em todo o seu potencial, no lugar e no momento determinado, para alcançar a superioridade aérea.

No Cenepa, os aviadores peruanos combatiam longe de suas bases; conforme já dito anteriormente, os grupos aéreos estavam dispersos no norte e no sul do Peru. A isso se somou o maior tempo de transferência até os objetivos táticos, o clima desfavorável e o terreno tipo selva, a falta de comunicações entre ar e terra; entretanto, as aeronaves da FAP estavam concentradas em uma única finalidade militar: expulsar o inimigo. O esforço feito para concentrar o poder em um tempo e lugar considerados decisivos visava apenas enfrentar o inimigo para removê-lo da área peruana que havia sido invadida; no entanto, para esse fim, a manobra foi sacrificada em nome da força das massas e, como resultado, muitas vidas foram perdidas.

Concentrar os efeitos, no caso do componente aéreo, sobre os alvos materiais, de acordo com o efeito desejado e o uso racional da força, garante a continuação da força. Embora o Peru não tivesse utilizado a diversidade dos meios aéreos com as capacidades que realmente tinha, não houve eficiência dos meios aéreos, mas pôde-se realizar operações de engano, ao contrário do cenário que o Equador havia criado, que permitiu a estes, a surpresa, a ofensiva e uma liberdade de ação que o Peru teria desejado.

As características dos meios aéreos permitem sua concentração no lugar, momento e com as capacidades apropriadas para produzir os efeitos desejados. Na luta pelo controle do espaço aéreo, a concentração é um princípio sumamente importante, que não pode ser esquecido. O coronel da reserva John Warden III, da Força Aérea dos Estados Unidos (USAF, sigla em inglês), ressalta que cada conflito, cada guerra e cada confronto apresenta seus próprios problemas, mas é óbvio que em todos eles há um mandato claro para concentrar forças. Para esse especialista, não há princípio mais simples ou mais ignorado do que a concentração, porque o comandante que concentra as suas forças, ou ganha ou evita a derrota;

nesse sentido, pode-se afirmar que a velocidade e a mobilidade da aviação facilitam a concentração e com isso, o emprego da arma aérea.²⁵

No cenário focalizado do Conflito Cenepa, as operações de apoio de fogo às forças de superfície que, no início, não pareciam funcionar, compensaram no final. A flexibilidade aplicada pela FAP na tentativa de atender às múltiplas demandas durante as operações aéreas no Cenepa significou que eles foram capazes de responder com resiliência à ameaça apresentada pelo Equador.

Deve-se reconhecer também que, considerando a situação operacional, a limitada liberdade de ação e o uso de armamento inadequado no teatro de operações, para o Peru, o risco de não atingir o objetivo no nível operacional (objetivo militar) foi aumentado, e embora houvesse sempre um alto risco de serem derrotados pelo adversário, a FAP reagiu de forma oportuna e precisa quando os meios aéreos foram requeridos, concentrando seus ataques (embora improvisados, devido à falta de um comando centralizado), o que lhes permitiu alcançar o estado final desejado de desalojar o inimigo.

Persistência é o oitavo princípio do poder militar aeroespacial e consiste na aplicação do poder aéreo com a continuidade (no tempo) e a intensidade (o volume) necessários para alcançar o grau desejado de neutralização, porque os bens que apoiam o esforço da guerra e que são definidos como objetivos militares podem ser reconstruídos. Isso significa que o poder militar aeroespacial deve ser aplicado de maneira constante, a fim de evitar que os objetivos alcançados possam ser recuperados pelo adversário.

No conflito do Cenepa, as Forças Armadas do Peru tinham apenas um objetivo: desalojar as Forças Armadas do Equador e, no caso do componente aéreo, tinham a tarefa essencial de preparar, planejar e executar incursões aéreas na área de operações ao norte, cumprir as tarefas explícitas de bombardear de uma altura média usando GPS, fazer ataques noturnos com visores e bombardeio a baixas altitudes e as tarefas implícitas de ataque através das poucas ou nenhuma variedade de eixos de entrada e ataque e acompanhar os aviões bombardeiros com patrulhas aéreas de combate sem radar de Controle de Interceptação em Terra (*Ground Control of Interception, GCI*),²⁶ ou seja, sem um radar de terra que indicasse os alvos com maior precisão e orientar os aviões caças.

Ao contrário da FAP, a FAE foi favorecida pela proximidade de suas bases aéreas e estabeleceu um sistema de defesa aérea integral com cobertura de radares de aviso prévio com capacidade GCI e radares de tiro associados à artilharia antiaérea automática, o que lhe permitiu determinar a capacidade de defesa aérea para manter a iniciativa no Cenepa e impedir que o componente aéreo peruano atingisse a superioridade aérea.

A persistência permite manter a vigilância constante no ar e reagir com rapidez a agressões, assim como estender a capacidade de comando, controle, comunicações e cômputo (C4), indo além do que os sistemas eletromagnéticos simples de uso no meio aéreo permitem. Fornece consciência da situação espacial, que é fortalecido através do exercício do controle espacial. Isso permite que as unidades aéreas, sem levar em consideração o seu nível, alcancem os objetivos estabelecidos sob os planos do escalão superior, alcançando a unificação dos esforços; entretanto, isso está muito longe do que foi alcançado no Cenepa porque, como já foi dito anteriormente, não teve um comando centralizado, que estabelecesse os objetivos, porque a estratégia ofensiva da FAP e de outras Forças incluíam um único objetivo estratégico militar, que restringia o cruzamento da linha de fronteira estabelecida no PRJ, para assim alcançar o objetivo político que nos limitou a atacar e resistir ao ataque do Equador até que desocupassem nosso território.

A FAP manteve uma ofensiva constante sobre os pontos decisivos em apoio à campanha terrestre no Cenepa para atingir o efeito desejado, cumprindo com o objetivo militar estratégico até a derrubada de nossas aeronaves em combate, mas as missões de apoio aéreo próximo (Close Air Support - CAS), normalmente conduzidas próximas à linha de controle do fogo (Fire Safe Control Line - FSCL), exigiram maior risco e também foram muito caros para a defesa aérea do Equador.

O objetivo da persistência é manter a pressão sobre o inimigo e não permitir que este se recupere. No caso do Cenepa, o componente aéreo peruano combatia longe de suas bases, apoiando o avanço de nossas forças terrestres, até os postos denominados falsamente de Cueva de los Tayos, Base Sur e Tiwinza. Todo assalto do nosso exército foi precedido por ataques com foguetes dos MI-25, MI-17 e MI-8T, os terrenos decisivos do Equador foram continuamente invadidos pelo ar com os ataques dos SU-22, A37B e Camberra da FAP, enquanto que os Mirage 2000/Ps protegeram as cidades e as bases aéreas do norte, no caso de um ataque surpresa da FAE, através de funções operacionais de vigilância aérea ofensivas e defensivas no próprio território,²⁷ portanto, pode-se afirmar que o princípio da persistência foi aplicado nas operações aéreas ofensivas de apoio ao fogo às forças de superfície, porque tinham um objetivo único, que era desalojar as forças armadas do Equador, objetivo que limitou a FAP, porque poderia ter realizado outras tarefas mais recompensadoras, como a interdição aérea e a superioridade do ar.

Ideias finais

Seguindo a lógica de Sun Tzu, quando um líder monopoliza as decisões do general, a guerra se transforma em um caos.²⁸ O contexto do conflito do Cenepa de 1995 foi dominado pelo desejo de reeleição e poder de Alberto Fujimori, o então presidente do Peru, não permitindo que a Força Aérea empregasse com

eficácia o seu poder e o Comando Conjunto incentivou essa inação, apesar de ter experiência de combate com o Equador em duas ocasiões anteriores (Conflito de 1941 “Peru-Ecuador” e de 1981 “Conflito do Falso Paquisha”), e as habilidades adquiridas em Huallaga, Ucayali e Ayacucho.²⁹ As Forças Armadas subordinadas alcançaram o objetivo político de desalojar o inimigo e ocupar a área que havia sido invadida, sem ultrapassar o limite da fronteira, mas a um custo muito elevado. A FAP desempenhou um trabalho diligente, apesar das restrições ao uso da força dentro de sua área de responsabilidade.

Assim, o contexto político e o objetivo estratégico militar colocaram a FAP em um dilema de luta ou morte: lutar pela pátria ao ponto de sacrifício se necessário, e foi isso que ela fez para alcançar a vitória pírrica no conflito do alto Cenepa. Na fórmula de Clausewitz, o vencedor é aquele que atinge o objetivo político. No conflito do Cenepa, embora a superioridade aérea não tenha sido alcançada, o objetivo militar foi alcançado e, portanto, o objetivo político ao qual estava subordinado, que era o de fechar a fronteira com o Equador, foi alcançado. A FAP foi complacente em empregar seus instrumentos militares no nível operacional dentro de uma estratégia tática ofensiva.

Os princípios do poder militar aeroespacial são ideias fundamentais que não devem ser implementadas de forma independente e não devem ser deixadas ao acaso, mas devem ser implementadas de forma conjunta; o Peru não possuía armamento de precisão, não possuía equipamento de guerra eletrônica, não tinha uma doutrina conjunta, o processo de planejamento não foi feito nos diferentes níveis e a seleção e preparação do teatro de operações foi um dos fatores determinantes mais importantes porque condicionava todos os outros fatores. Portanto, era óbvio que nem todos os princípios seriam aplicados.

Pelo exposto, dos oito princípios do poder militar aeroespacial, considera-se que no Conflito Cenepa a FAP aplicou apenas três deles, a saber: Flexibilidade, Concentração e Persistência. Não houve versatilidade porque a nossa Força Aérea teve a sua capacidade diminuída em um espaço muito limitado de operação e desempenhou um papel reduzido; a sinergia esperada que deveria ter sido produzida não teve o arraigamento esperado em nossos combatentes; o ritmo da guerra foi lento e a melodia que deveria ter sido dançada no ar foi se desvanecendo devido à falta de controle centralizado e execução descentralizada. Houve uma conduta improvisada de operações aéreas no teatro de operações com pouca liberdade de ação que levou a uma constante perda diária de vidas enquanto se aguardava a ansiada assinatura de um acordo de paz. Não houve uma prioridade que vislumbresse os efeitos desejados porque as características do poder aéreo não foram exploradas, e não houve equilíbrio para uma utilização eficiente, necessária e oportuna da arma aérea. Sem dúvida, a lição mais valiosa para a FAP será reconhecer

que os princípios do poder militar aeroespacial constituem verdades fundamentais que não foram instituídas ontem, mas são produto de décadas de experiência no uso da arma aérea e que a sua aplicação lhe teria permitido fazer frente à FAE no Cenepa e desempenhar um papel melhor do que aquele que desempenhou.

Em conclusão, no conflito do Cenepa, nem todos os princípios do poder militar aeroespacial foram aplicados devido a fatores externos que condicionaram a participação de nossas Forças Armadas, especialmente a nossa Força Aérea, a adotar uma posição operacional e estratégica defensiva e uma atitude tática ofensiva em apoio às forças de superfície.

Winston Churchill disse que, de todas as formas de força militar, o poder aéreo é o mais difícil de medir ou mesmo de expressar em termos concretos.³⁰ Entretanto, o seu uso otimizado se traduz em economias de vidas humanas e custos econômicos e, se o Peru quer uma força aérea capaz de atuar em qualquer cenário de conflito futuro, deve estar confiante de que os princípios do poder militar aeroespacial e todos os outros princípios que a doutrina impõe, são crenças fundamentais para travar uma guerra a fim de alcançar a vitória. □

Notas

1. “Do Dog Fight até os UCAVs: Evolução do Poder Aéreo.” Revista da Escola Superior de Guerra Aérea (RESGA). Buenos Aires: Editorial Gráfica Independência Argentina S. R. L. Capítulo M: Peru – Equador. 2001. P. 5.

2. A FAP no conflito do Cenepa 1995. Revista Oficial da Força Aérea do Peru. Jan-Abr 2017 / Edição Nº 517. P. 37. Recuperado em 6 de maio de 2021 de <https://issuu.com/fap.mil.pe/docs/revista517>.

3. Cenepa 20 anos depois. Cronologia da participação da FAP, no teatro de operações, durante o conflito que permitiu fechar nossa fronteira norte. Revista Oficial da Força Aérea do Peru Aviação Nº 514. 1o semestre 2015. P. 33. Recuperado em 5 de janeiro de 2021 de https://issuu.com/fap.mil.pe/docs/revista_final_514.

4. Mapa da Zona de Conflito Fronteiriço, Peru - Equador 1981. Recuperado em 11 de janeiro de 2020 https://www.gifex.com/ecuador_maps/Peru-Ecuador_Area_Boundary_Dispute_Map_2.htm.

5. Presidente da Junta dos Chefes de Estado Maior dos Estados Unidos da América. Manual das Operações Conjuntas, JP-03. 2006.

6. “Do Dog Fight até os UCAVs: Evolução do Poder Aéreo.” Revista da Escola Superior de Guerra Aérea (RESGA). Buenos Aires: Editorial Gráfica Independência Argentina S. R. L. Capítulo M: Peru – Equador. 2001. P. 5.

7. Clausewitz, Carl Von. Da Guerra. Madri: A Esfera dos Livros. 2005. P. 109.

8. Podem ser citados os seguintes: Sun Tzu (350 a.C.), Vegetius (390 a.C.), Saxe (1757), Napoleão (1822), Jomini (1836), Mc Dougall (1858), Forrest (1864), e Mahan (1890).

9. Publicação Conjunta 5-0, Planejamento da Operação Conjunta, 11 de agosto de 2011, II-1. Recuperado em 10 de março de 2013 de http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp5_0.pdf.

10. Krause, Merrick E. O poder aéreo na guerra moderna. P. 2-15. Recuperado em 5 de março de 2020 de https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/ASPJ_Spanish/Journals/Volume-27_Issue_4/2015_4_05_krause_s.pdf.

11. “Do Dog Fight até os UCAVs: Evolução do Poder Aéreo.” Revista da Escola Superior de Guerra Aérea (RESGA). Buenos Aires: Editorial Gráfica Independência Argentina S. R. L. Capítulo M: Peru – Equador. 2001. P. 5.

12. O teatro de operações é uma área geográfica de tamanho significativo no qual o que se busca é alcançar uma meta estratégica comum; no caso do conflito do Cenepa, o teatro de operações compreendeu uma zona no lado oriental da Cordillera do Condor, sobre a bacia do Rio Cenepa em território peruano.

13. Citado por Juan Ramírez em: “Efetividade do Poder Aéreo na Colômbia”, in *Revista Taktika* edição 4.0. Força Aérea Colombiana. P. 46.

Recuperado em 10 de janeiro de 2020 https://d2r89ls1uje5rg.cloudfront.net/sites/default/files/revista_taktika_edicion_4_0.pdf.

14. “Doutrina das Forças Armadas dos Estados Unidos”. Recuperado em 6 de janeiro de 2021 de http://web.archive.org/web/20111027024636/http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp1.pdf.

15. Dicionário da Real Academia Espanhola. Consultado em 5 de maio de 2021 de <https://dle.rae.es/sinergia>.

16. Citado por Agustín Arias em: “A Sinergia. Fator de êxito para as Forças Armadas”. P. 1. Recuperado em 12 de maio de 2021 de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4579921.pdf>.

17. “Do Dog Fight até os UCAVs: Evolução do Poder Aéreo.” Revista da Escola Superior de Guerra Aérea (RESGA). Buenos Aires: Editorial Gráfica Independência Argentina S. R. L. Capítulo M: Peru – Equador. 2001. P. 11.

18. Livro Branco da Defesa Nacional. Ministério de Defesa do Peru. 2005. P. 62. Recuperado em 19 de fevereiro de 2020 de https://cdn.www.gob.pe/uploads/document/file/397073/Libro_blanco.pdf.

19. Clausewitz, Carl von (1999), *Da guerra* (Volume I), Madri: Ministério de Defesa. P. 54.

20. DOFA 1-0 Doutrina Glossário Operacional da Força Aérea do Peru. 2016. Aprovada pela Resolução Diretorial Nº 0009-EMGRA. P. 84. Recuperado em 10 de maio de 2021 de <http://www.intranet.fap.mil.pe/cendo/index.php/publicaciones/doctrinas>.

21. O Cenepa: 20 anos depois. Revista Oficial da Força Aérea do Peru Aviação Nº 514. 1o semestre 2015. P. 33. Recuperado em 20 de janeiro de 2019 de https://issuu.com/fap.mil.pe/docs/revista_final_514.

22. Memórias do Conflito Bélico de 1995. Tomo II Equador-Peru. Academia de Guerra do Exército. Pág. 73. Recuperado em 12 de dezembro de 2018 de https://issuu.com/ceheesmil/docs/8_memorias_del_cenepa_2

23. Revista Oficial da Força Aérea do Peru Aviação Nº 514. 1o semestre 2015. P. 35. Recuperado em 5 de janeiro de 2021 de https://issuu.com/fap.mil.pe/docs/revista_final_514

24. O Coronel John Warden III desenvolveu uma teoria sobre o Poder Aéreo em seu livro “The Air Campaign” (A Campanha Aérea) na qual consigna, entre outros conceitos, a aplicação estratégica da arma aérea e comenta que, para poder afetar a liderança do inimigo, devemos entender como o inimigo se parece conceitualmente, porque quando identificamos onde realmente se en-

contram os centros de gravidade, podemos escolher a melhor forma de atacá-los, e esta identificação não aconteceu no Cenepa.

25. Warden III, John A. A Campanha Aérea: Planejando para o Combate. Editora da National Defense University. 1989, Pág. 29.

26. A interceptação controlada em terra (GCI: Ground Control of Interception) é uma tática de defesa aérea pela qual uma ou mais estações de radar ou outras estações de observação estão conectadas a um centro de comunicações de comando que guia os aviões interceptores a um alvo no ar.

27. DOFA 1-1: Doutrina Operacional de Operações Aéreas. 2016. P. 4. Recuperado em 10 de maio de 2021 de <http://www.intranet.fap.mil.pe/cendo/index.php/publicaciones/doctrinas>

28. Sun Tzu. A Arte da Guerra. Sétima edição. Bogotá: Panamericana. 2005.

29. Corrales, Franz. A Prospectiva do VRAEM. Combatente do VRAEM. Revista do Comando Especial VRAEM. Edição Nº 06 2012. P. 26-27.

30. Citado por Juan Carrasco em: Doutrina Aeroespacial, Necessidades e Desafios para o Exército do Ar. P. 23. Recuperado em 14 de maio de 2021 de <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4602479.pdf>.



**Tenente-Coronel Oswal Sigüeñas Alvarado,
Força Aérea do Peru**

Operador especial formado pelo Curso de Operações Especiais da Força Aérea do Peru, Instrutor de Salto e Paraquedista Operacional. Mestre em Doutrina e Administração Aeroespacial pela Escola Superior de Guerra Aérea do Peru e se formou no Curso de Comando e Estado Maior Conjunto da República da Coreia do Sul e na Divisão de Táticas e Operações Especiais do Instituto para Cooperação de Segurança do Hemisfério Oeste (Western Hemisphere Institute for Security Cooperation - WHINSEC). Foi Docente na Escola de Oficiais e na Escola Superior de Guerra Aérea da FAP. Atualmente é Chefe da Seção do Estado Maior de Operações Especiais e Operações Psicológicas na Ala Aérea Nº 3. Recebeu condecorações como a da Cruz de Guerra e Valor, Cruz Peruana ao Mérito Aeronáutico e a Medalha das Nações Unidas.